



III Legislatura
IV Sessão legislativa

Número: 106
19 de Maio de 1988

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite (Substituído durante a Sessão pelo Deputado Fernando Faria)

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência.

Para **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região**, usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Nogueira de Castro (PSD), Carlos César (PS) e António Silveira (PSD). Na sequência das intervenções anteriormente referidas intervieram o Sr. Deputado Renato Moura (PSD) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Dr. Adolfo Lima.

No **Período da Ordem do Dia** foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional "Reservas Florestais Naturais".**

Na discussão da proposta, que foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade, como na especialidade, usaram da palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles (PSD) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Dr. Adolfo Lima.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão** para as seguintes Propostas de Decreto Legislativo Regional:

"Aplicação do Decreto-Lei nº 15-B/88, de 18 de Janeiro - Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno";

"Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) - Indústria Extractiva e Transformadora";

"Aplicação à Região do Decreto-Lei nº 420/87 - Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT)";

Após o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, Costa Santos, ter explicado as razões que justificavam os pedidos de urgência, intervieram os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), José Ramos Dias (CDS), José Decq Mota (PCP) e Jorge Cruz (PSD), tendo os respectivos pedidos de urgência sido aprovados com 17 votos favoráveis do PSD e com 13 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

- **Proposta de Resolução sobre a "Conta da Região referente ao ano de 1986".**

Intervieram nos debates os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), José Decq Mota (PCP), José Ramos Dias (CDS) e Jorge Cruz (PSD), tendo a mesma sido aprovada com 16 votos favoráveis do PSD, 11 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do CDS.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o "Conselho Regional de Concertação Social".**

Feita a apresentação da proposta pelo Secretário Regional do Trabalho, Dr. Manuel Arruda, seguiu-se um período para pedidos de esclarecimento, em que interveio o Sr. Deputado José Decq Mota (PCP), tendo-lhe respondido o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Participaram nos debates os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Francisco Sousa (PS), Borges de Carvalho (PSD) e o Sr. Secretário Regional do Trabalho, Dr. Manuel Arruda.

A proposta foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade, como na especialidade. Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Francisco Sousa (PS).

Os trabalhos terminaram às 18,25 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Álvaro Monjardino, Borges de Carvalho, Fernando Faria, Flor de Lima, Gabriela Silva, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; PS - Carlos César, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Paulo Teixeira, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; CDS - José Ramos Dias; PCP - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 30 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência, que os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler.

Secretário (Manuel Goulart): Do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, foi recebido um projecto para uma expedição conjunta Portugal-Reino Unido-Áustria sobre "Ecologia e Taxonomia do Litoral Marinho dos Açores".

Secretário (Jorge Cabral): Dos Srs. Deputados Regionais do PS, João de Braga e Paulo Teixeira, o seguinte requerimento:

"Considerando que o projecto do Molhe-Cais de Vila do Porto sofreu diversas alterações à sua versão inicial, sem que disso tenha sido dado conhecimento aos marienses;

Considerando que essas alterações vieram limitar cabalmente a capacidade daquela infra-estrutura portuária;

Considerando que os marienses têm o direito de saber com que porto poderão contar para efeitos do seu desenvolvimento económico-social;

Considerando ainda que as respostas do Governo aos requerimentos do PS nomeadamente o de 23-09-87 sobre as conclusões da peritagem efectuada após os temporais ocorridos em Fevereiro de 1987, não dá resposta ao requerido:

Considerando ainda que relativamente às estradas e caminhos utilizados no transporte de pedras

pela firma construtora, também não foram respondidos os requerimentos efectuados por dois deputados do PS, em 22 de Janeiro de 1987;

Considerando ainda que nos assiste o direito de conhecer todo o processo relativamente a esta obra, e dele poderemos fazer uma análise o mais objectiva possível.

Ao abrigo das disposições estatutárias, pede-se ao Presidente do Governo Regional, o seguinte:

1. Cópia do projecto inicial do Molhe-Cais de Vila do Porto, nomeadamente peças desenhadas, localização, caderno de encargos.

2. Estudos prévios das condicionantes que levaram à escolha da actual localização.

3. Estudos relativos à extracção de pedra, antes e depois da adjudicação da obra.

4. Estudos que levaram à introdução das sucessivas alterações até à conclusão do projecto definitivo em fase de acabamento.

5. Cópias dos autos de medição classificados como trabalhos a mais, nomeadamente aqueles que têm a ver com os prejuízos causados pelos temporais nos anos em que a obra decorre.

6. Que tipo de embarcações, respectivo calado, tonelagem, que escalarão aquele porto, e qual a política do Governo Regional em matéria de Transportes Marítimos para Santa Maria, quer em termos de regularidade e proveniências.

7. Tendo em conta ainda que as manobras de atracagem de certas embarcações vão necessitar de rebocadores, pergunta-se também a quem caberá suportar os custos do rebocador.

8. Relativamente ao abastecimento de combustíveis às aeronaves, quais as alterações que vão ser introduzidas ao actual sistema, e o que significará o novo sistema em termos de custos.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 1988.

Os Deputados Regionais do PS: João de Braga e Paulo Teixeira."

Secretário (Manuel Goulart): Dos Srs. Deputados Regionais do PS, Simas Santos e Manuel Serpa, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando a importância transcendente que tem para o lugar de Pontas Negras, Ribeira Grande e Ribeira Seca da freguesia das Ribeiras do Concelho de Lajes do Pico, o designado "caminho de meia encosta";

Considerando que se encontra suspensa a sua

concretização por falta de projecto com grave prejuízo para o desenvolvimento da zona;

Perguntamos, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, ao Secretário Regional da Agricultura e Pescas o seguinte:

1. Já se encontra concebido o projecto necessário para a conclusão da construção daquele importante caminho?

2. Em caso afirmativo, para quando se prevê o recomeço das obras. Em caso negativo para quando se prevê a conclusão do estudo.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 1988.

Os Deputados Regionais do PS: Simas Santos e Manuel Serpa."

- Do Sr. Deputado Regional do PSD, José Leovigildo Azevedo, o seguinte requerimento:

"Considerando que o Centro de Saúde da Calheta em São Jorge é uma obra nova;

Considerando a tomada de conhecimento de que o mesmo vai ser equipado, não com equipamento novo como era de esperar, mas sim, com equipamento usado e transferido das instalações antigas e de outras ilhas;

Considerando o descontentamento das populações do Concelho da Calheta por tal solução;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis requere ao Governo Regional, pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, a seguinte informação:

Por que razão aquele Centro de Saúde, sendo novo, não é também completamente equipado de novo?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 1988.

O Deputado Regional: José Leovigildo Azevedo."

Presidente: Srs. Deputados, passamos agora às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A consideração da situação dos problemas e das perspectivas da economia regional tem sido e é uma preocupação permanentemente presente na actividade política regional do PCP, nomeadamente no que respeita à intervenção que mantemos nesta Assembleia, principal órgão da Autonomia Regional.

Em sucessivos debates não tem o PCP deixado de levantar as suas posições gerais e sectoriais, com o pormenor possível.

Esta nossa preocupação permanente com os problemas da economia regional prende-se essencialmente com a convicção que também temos que teria sido possível com os meios relativamente importantes que a Região tem podido lançar mão, consolidar a economia regional no que toca à produção e à produtividade, defender o espaço económico regional com as condicionantes e potencialidades que o marcam e o definem.

A política económica do PSD/Açores tem tido um permanente e intenso vector estritamente político, quer no que respeita à utilização eleitoralista de medidas que se tomam, quer no que toca à predominância dos raciocínios políticos demasiadamente desligados das realidades económicas e sociais.

O conservadorismo económico do Governo Regional é por demais evidente na falta de criatividade de alguns sectores, na conservação de raciocínios e práticas anti-económicas, na ânsia de manter e acentuar os traços essenciais no que toca à distribuição injusta de rendimentos que marca a sociedade em que nos inserimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por muito optimistas que sejam as declarações oficiais o certo porém é que estando a findar o Plano a Médio Prazo 85-88 pode dizer-se com rigor não terem sido atingidos os seus objectivos centrais nem claramente visados alguns deles.

Em vésperas de se abrir um debate político generalizado que democraticamente se deseja que decorra serenamente e com rigor, é importante que os problemas de natureza económica e social tenham um tratamento objectivo e intenso. Essa forma de actuar é tanto mais necessária quanto constitui um modo de contribuir para que todas as entidades, forças e sectores responsáveis analisem as suas próprias actuações e equacionem as instantes questões que se colocam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes foi por mim aqui referido e analisado o facto de a época presente ser em relação à economia regional de enorme transformação.

De facto as decisões nacionais referentes à adesão à CEE, assumidas politicamente de forma incondicional, pelo partido que detém a maioria e pelo maior partido da oposição regional, foram tomadas sem que tivessem sido equacionadas medidas cautelares suficientemente fortes que defendessem a economia regional dos efeitos de uma situação nova para a qual não estava, não está, nem poderá estar a médio prazo preparada.

A adesão de Portugal à CEE, modificando profundamente a natureza das relações económicas do nosso País com os países da Europa, pôs em causa, sem alternativa garantida, o pressuposto principal que dá corpo à nossa economia regional, pressuposto esse que consiste na garantia economicamente assegurada de colocação no Continente do grosso da nossa produção de leite, de parte importante da produção de lacticínios e da produção de carne de bovino.

A integração da nossa economia num espaço económico europeu com regras próprias, com produções de maior qualidade nestas áreas, anulando as razões económicas que têm garantido a colocação

no Continente dos nossos produtos não gera por si só outras garantias.

As declarações oficiais dos últimos anos, os esboços de actuação política no sector agro-pecuário, permitem conjecturar ter o Governo Regional entendido, pelo menos por algum tempo, que seria possível e socialmente vantajoso operar-se no curto espaço de tempo do chamado período de transição, uma profunda transformação económica, a nível da estrutura produtiva e da qualidade da produção, que nos habilitaria a estar nesse espaço económico europeu de forma igual, face a todos os outros.

Essa ilusão económica fundamentada apenas no desejo político que tal sucedesse foi de tal forma forte e desfocada que levou a que se sobrevalorizasse fortemente o valor das ajudas dos fundos comunitários, que se subvalorizasse quase totalmente as incidências sociais de tais transformações e que não se pensasse seriamente no simples mas decisivo factor tempo.

O período de transição está em curso ainda, mas as dificuldades de exportação para o Continente de gado vivo já são muito fortes face à possibilidade já existente de entrar no Continente carne de outras proveniências; a questão do subsídio no Continente ao leite para a indústria ligada, sem dúvida, à futura fixação de cotas de produção, mostra que a nível do poder da República impera o conceito que quem mais pode mais tem; a inconsequência prática da Lei de Orientação Agrícola demonstra que existem situações históricas e sociais que não podem ser atropeladas; a desproporção entre os projectos apresentados para financiamento dos diversos fundos comunitários e o montante realmente atribuído demonstra que as ilusões não são fundamento para nada, muito menos para uma política económica.

É neste contexto que se têm intensificado as acções que apontam para a possibilidade de se estar a começar a enveredar por um caminho onde o realismo se afirme mais fortemente e onde o imediatismo e as ilusões deixem de imperar.

A falta de perspectivas sérias para a nossa economia, as inúmeras dúvidas e incertezas que se levantam são de molde a tornar obrigatório esse sentido, embora tardio, de realismo que muitos não quiseram ter.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O lançamento de um Programa Integrado de Desenvolvimento financiado pela CEE que vise a protecção e aprofundamento das vantagens comparativas da Região, a redução na maior parte possível da desvantagem que resulta da insularidade, a dinamização da actividade económica da Região e de cada uma das suas ilhas, afigura-se-nos como urgente, indispensável e extremamente importante.

Não obstante termos esse entendimento, também

entendemos, como já declarei em outras ocasiões, que se tornará necessário ir bastante mais longe e obter, após o período de transição, uma garantia comunitária de escoamento para algumas das nossas produções.

É entendimento do PCP que não é cedo para se começar a trabalhar seriamente nessa direcção e há que exigir do Estado, de que somos parte, o maior empenho no tratamento dessa decisiva questão que, sendo de relevante interesse regional, também é de interesse nacional.

Para além desta questão de fundo e estando em fase de preparação a elaboração de um relatório da Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento desta Região Autónoma, o PCP entende ser do maior interesse regional que os órgãos de Governo próprio e todas as forças sociais e políticas regionais se disponham a cooperar e trabalhar no sentido desse relatório vir a reflectir o mais rigorosamente possível as necessidades e interesses da Região.

Esta será sem dúvida a postura que a Organização Regional do PCP assumirá em todos os contactos que vier a realizar e em todas as solicitações que vier a ter da parte da citada Comissão em geral e do relator designado em especial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A polémica em curso sobre a questão do salário mínimo regional teve sem dúvida o mérito de sublinhar e salientar algumas questões específicas regionais de fundo.

De facto as particularidades da nossa economia regional face aos quadros mais gerais em que se insere, constitui uma das mais sérias, importantes e decisivas questões de interesse específico regional.

A existência de um custo de vida mais alto na Região do que no resto do País e o facto do crescimento desse custo de vida se verificar em ritmo mais forte é, simultaneamente, uma consequência quer da nossa situação de insularidade, quer do facto das políticas económicas própria e envolvente não terem tido, nem terem ainda em conta essa situação de insularidade.

A inexistência de uma política global de correcção leva à obrigatoriedade de se tomarem medidas correctivas ao nível da política salarial por forma a que não seja quem vive do seu trabalho a pagar os custos da insularidade de forma exclusiva.

Para além da justeza da fixação de um salário mínimo regional, que deverá ser fixado por esta Assembleia Regional, é imperioso que seja criado um acréscimo salarial, a definir anualmente, para o funcionalismo regional e é também necessário que os instrumentos de regulamentação do trabalho incluam cláusulas específicas tendentes

a repôr, face aos restantes trabalhadores do País, o poder de compra dos trabalhadores açorianos.

Não encarar as questões da economia regional como questões de interesse específico regional é tão grave como encarar as diferenças de preços e de poder de compra da Região em relação ao resto do País como uma fatalidade que não pode e não deve ser encarada e resolvida.

O Estado e a Região têm ambos obrigações muito sérias nesta matéria.

As obrigações do Estado resultam não só dos imperativos estatutários que conhecemos, mas principalmente do imperativo de solidariedade nacional que tem que ser sempre lembrado e exigido.

As obrigações dos órgãos regionais são tão evidentes quanto é evidente que não se pode pretender governar nos dias de hoje sem ter em conta os interesses autênticos dos cidadãos das nossas ilhas.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Decq Mota.

Ouvi com muita atenção a exposição do Sr. Deputado do Partido Comunista Português e queria manifestar a minha discordância de fundo com algumas das afirmações por ele proferidas e, ao mesmo tempo, incluir alguns esclarecimentos sobre esta matéria.

Não se podem misturar no mesmo discurso duas coisas diferentes, ou seja, o Acto de Adesão no momento histórico em que ele foi feito, a evolução posterior da Comunidade Económica Europeia que, de modo algum, vai traír esse Acto de Adesão ou, ainda muito menos, o Tratado e aquilo que se conhece hoje na Europa como o estabelecimento do mercado único.

Os produtos agrícolas da Região foram submetidos, no Acto de Adesão, a dois fenómenos completamente distintos em termos de integração económica: produtos submetidos à transição por etapas e produtos submetidos à transição clássica.

Em ambos os casos a economia agropecuária dos Açores foi adequadamente salvaguardada, e um dos exemplos desse fenómeno é, na transição por etapas, haver dois sistemas de aproximação diferentes no caso do leite: o continental e o açoriano.

Dir-lhe-ia, Sr. Deputado, que, neste momento, a situação do sector leiteiro açoriano, face à Comunidade, é uma situação de privilégio. Por outro lado, a referência ao estabelecimento do subsídio e a sua comutação com as quotas - quanto a mim não realista - desapareceu, já

que o subsídio de 11\$60 foi, numa determinada altura, transferido apenas para um subsídio de 3\$30 e, presentemente, foi totalmente eliminado. Além disso, os mecanismos financeiros que a comunidade põe à disposição da Região foram, até ao momento, utilizados em termos maximalistas, se quiser.

Em termos de apoios comunitários, haverá que distinguir a situação dos fundos comunitários, como são normalmente entendidos o Fundo Social Europeu, o FEOGA e o FEDER, de uma situação que a agricultura portuguesa - e neste caso também a açoriana - tem, de uma forma muito específica e completamente diferente, quando se encaixam as reformas dos fundos ou a forma como os fundos comunitários podem ser canalizados para a Região - refiro-me ao PEDAP. A agricultura açoriana tem ao seu dispor, em termos comunitários, um fundo especial que mais nenhum país europeu tem, que foi negociado precisamente para que a agricultura portuguesa tivesse acesso a determinados fundos - enfim, desculpará a linguagem que parece um pouco complexa - que os fundos comunitários não lhe dão. Aí está o exemplo dos 5 programas que, neste momento, estão aprovados na Comunidade, no caso da Região Autónoma dos Açores, que não têm nada a ver com o tradicional dos fundos comunitários. Daí a importância do PEDAP na modernização e na reconversão da agricultura açoriana.

Quanto à questão da qualidade, já tive oportunidade de referir neste Parlamento, mas vou voltar a referir, que, ao contrário do que pensam muitas pessoas, nós estamos muito mais perto da qualidade europeia do que parece. Temos números disponíveis - e se quiser posso fornecer-lhos quando o solicitar - de que 40% do leite produzido na Região tem, face à Comunidade, a máxima qualidade europeia possível e que mais de 30% desse leite produzido na Região, introduzindo pequenas modificações no circuito da recolha - que não dependem de grandes mudanças estruturais mas apenas da introdução de frio - podem rapidamente encaixar-se nessa máxima qualidade europeia, ou seja, Sr. Deputado, nós estamos, antes que termine a primeira etapa da Adesão, com a possibilidade clara e objectiva de ter na Região, sobretudo nas duas ilhas que comandam a economia leiteira da Região, que é a Terceira e S. Miguel, muito perto de 70% do leite com a qualidade máxima europeia.

Isto é um exemplo de que as coisas estão a ser feitas e que não houve nenhuma negligência, nem na negociação dos fundos por um lado, nem nos mecanismos técnicos que determinam que o nosso produto tenha qualidade.

Quanto ao problema da exportação de gado, não nos esqueçamos que nós estamos a partir de uma situação - que eu tive também a oportuni-

de de referir neste Parlamento - de que o preço do gado em Portugal, quer vivo, quer pronto para abate, estava acima das médias europeias e que era um preço fictício. O que nós estamos neste momento - independentemente de questões particulares que atingem a Ilha Terceira - é a regressar ao realismo dos preços europeus, sem que por isso advenha, para um produtor eficaz, qualquer problema.

Julgo que estas pequenas informações que dei serão suficientes para esclarecer algumas das questões aqui levantadas pelo Sr. Deputado. No entanto, se outras forem levantadas, aqui estarei disponível para as esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Obviamente que os esclarecimentos que o Sr. Secretário fez o favor de me prestar, também motivam alguns esclarecimentos da minha parte. Queria só abordar três questões. E começava por uma particularizada, que é a questão do subsídio ao leite.

Soube ontem - porque o Sr. Secretário o disse - que o problema do subsídio de 3\$30 acabará no fim deste mês, mas gostava de recordar que a política não é uma coisa estática, que é uma actividade que tem evoluções conforme as forças se movimentam ou se não movimentam, e recordarei que quando foi criado o subsídio de 11\$60 as movimentações que efectivamente se deram nesta Região não foram exclusivas nem do Governo Regional nem do PSD, que o Governo Regional e o PSD inclusivamente informaram, de forma extremamente detalhada e pormenorizada, todas as outras forças políticas e cada uma agiu como entendeu.

Não respondo pelas outras, mas pelo PCP, e devo dizer que o trabalho que o PCP fez sobre esta matéria foi, tanto quanto pôde, no sentido da situação de justiça ser reposta o mais possível. Fê-lo nas instâncias nacionais - órgão de soberania onde está representado - e fê-lo inclusivamente também em instâncias do Parlamento Europeu - como é sabido e foi informado na altura própria.

São acções que podem ter contribuído - e que naturalmente contribuíram - para que fosse reposta uma situação de justiça. Isto não anula que se faça um juízo de valor sobre as razões iniciais de tal subsídio - e uso a expressão "quem mais pode mais tem" -, sobre a natureza do procedimento de determinadas instâncias de poder que, felizmente, dadas diversas actuações políticas convergentes, penso eu que se conseguiram criar condições para que fosse modificado.

Tenho a impressão que era importante repor esta situação, sob pena de estarmos a passar

a esponja sobre determinado tipo de actuações que por vezes se geram na Região, que têm interesse político, que têm significado político e que têm o peso que têm.

Relativamente às outras questões, o Sr. Secretário falou numa perspectiva de pormenor. Gostaria apenas de reafirmar, em duas ou três frases, a linha geral que coloquei. A ideia que tenho, a tese que defendo é que, desde que se começou a encarar como uma perspectiva imediata e inevitável a Adesão à CEE - e concretamente nesta Assembleia Regional quando houve a interpelação do PSD, quando houve a audiência formal da Assembleia da República - a postura inicial e a ideia fundamental da minha intervenção é de que, para além dos mecanismos de Adesão, das etapas, etc., o PSD e o Governo Regional e (permita-me que o diga) muito possivelmente o Secretário Regional da Agricultura e Pescas, como defensor intransigente e incondicional da integração europeia, defenderam sempre a ideia de que essas medidas, com o factor tempo que as medidas definem, seriam suficientes para as modificações estruturais de fundo que se colocavam.

A meu ver, esta visão implica não ter em consideração factores históricos, factores culturais, factores sociais de diverso tipo. É essa, penso eu, a divergência fundamental que se inclui.

Ainda há poucos meses quando, numa das 5 perguntas que dirigi ao Governo, falava na CEE e fiz uma alusão à possível necessidade da garantia comunitária para alguns produtos, o Sr. Secretário não me chamou nomes porque é uma pessoa correcta, mas excomungou-me no plano político e económico, praticamente.

Curioso é verificar que outros responsáveis do Governo Regional - e posso dizê-lo porque não estou obrigado por nenhum sigilo - concretamente com o Sr. Presidente do Governo Regional, numa conversa recente, foi por ele defendido que a perspectiva da garantia comunitária era uma perspectiva realista, que tinha que ser estudada e ponderada, e eu tenho a ideia que o Governo Regional tem que começar efectivamente a ter declarações políticas realistas, em função das dificuldades das nuvens negras que a nossa economia tem pela frente.

É esta perspectiva realista que penso que temos que ter e que, realmente, tem que se aproveitar, não só indo a Bruxelas à Comissão Europeia, não só procurando influenciar o Conselho Europeu, mas também procurando aproveitar - por muito pouco valor que possam ter os relatórios do Parlamento Europeu - essa possibilidade que se abre com a elaboração de um relatório que seja o mais favorável possível, como disse na intervenção, aos interesses da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário

Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para um pequeno esclarecimento.

O Sr. Deputado põe grande ênfase no tal relatório porque ele vai ser presidido pelo deputado do PC, não é verdade?

Só queria dizer duas coisas muito importantes quanto à história do subsídio de 11\$60: a economia leiteira da Região é tão saudável que, passados 6 meses, tinha ultrapassado essa crise! Isto é um exemplo claro de que a economia leiteira da Região segue por bom caminho!

Por outro lado, o problema referido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, no acautelar, de futuro, algumas questões relacionadas com a economia da Região, tem a ver, não com o Acto de Adesão, mas com o mercado único europeu - que são duas coisas completamente diferentes - e aí, Sr. Deputado, estamos de facto a trabalhar activamente no sentido de proteger a economia da Região, face a 1992 e ao mercado único europeu, que não era uma realidade no Acto de Adesão, mas, sendo-o agora, estamos a trabalhar nesse sentido. E tanto estamos a trabalhar nesse sentido que o documento levado pelo Sr. Presidente do Governo Regional e presente ao Presidente da Comissão segue esse rumo e o que se avizinha, em relatórios, para as chamadas "regiões periféricas" é no sentido do estabelecimento do mercado único europeu.

Portanto, nada está descurado e, de facto, estamos convencidos de que lá chegaremos.

Por outro lado, não tenho receio nenhum - já o disse várias vezes neste Parlamento e volto a reafirmá-lo - que o sector agropecuário da Região tem virtudes e capacidade de ultrapassar esses problemas: se não o tivesse, esta Região não existiria como sector económico deste País!

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nogueira de Castro.

Deputado Nogueira de Castro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Pico sofreu ao longo dos últimos decénios uma forte emigração, hoje muito atenuada, a qual continua a condicionar o seu desenvolvimento.

De facto, muito padeceram os nossos ancestrais para conseguir retirar das pedras do Pico o sustento diário. E muitas fomes e outras privações sofreram.

Era precisa muita coragem para partir em busca duma vida melhor.

Mas era também precisa coragem para ficar.

Partiram sobretudo os mais impacientes que desesperavam em ver surgir dias melhores na terra onde tinham nascido.

Ficaram, concerteza, os mais pacientes, mas também os mais teimosos, ficaram, concerteza,

aqueles que sempre conservaram a esperança no futuro melhor, o qual tardava a chegar.

Ilha Maior, no Sonho e na Desgraça, assim a imortalizou o nosso poeta Almeida Firmino.

Contudo, essa fase, cremos, está hoje definitivamente ultrapassada, e se continuamos a sonhar com uma Ilha Maior, a Desgraça deu lugar ao Progresso.

E a Ilha do Pico, hoje, nada tem a ver com a que existia antes da Autonomia, ou com a que conheceu o malogrado poeta quando escreveu aquele célebre poema.

Quase concluído o programa dos portos do Pico, a população continua a aguardar que a pista do seu aeroporto seja ampliada para as dimensões que a tornem completamente operacional, e compatível com as potencialidades piscatórias, pecuárias e turísticas que a Ilha possui.

E confia que não terá de esperar muito mais, conforme comunicado da última visita do Governo Regional à Ilha, cito "quanto à necessidade de se melhorarem as condições de operacionalidade, obra de reconhecida prioridade, está em curso o processo de expropriação dos terrenos, devendo a obra avançar logo que o permitam as disponibilidades financeiras do programa aeroportuário presentemente aplicadas aos casos de Ponta Delgada e Flores".

Quase resolvidos os problemas dos transportes marítimos e aéreos e assim minorada a nossa condição de Ilhéus, outros magnos problemas se apresentam em vias de resolução:

A **Energia**, em que somos a ilha pior servida, e cujas falhas tanto nos têm afectado, será resolvida através da construção da nova Central Termoeléctrica, cuja capacidade foi aumentada para 8 MWS, e cuja obra deverá arrancar ainda este ano e estar concluída em 1990. Para além daquela perfila-se para 1991 a Central Hidroeléctrica do Paúl com a capacidade de 1,7 MWS.

O sector da **Saúde** irá brevemente ser melhorado pois está posta a concurso internacional a empreitada de construção do Centro de Saúde de S. Roque, obra orçamentada em cerca de 300.000 contos.

Não sendo, à partida, a estrutura que a população do Pico desejava, é contudo a possível, e que acabará por vir a dispôr das valências capazes de melhorarem significativamente a assistência hospitalar na Ilha, nomeadamente através do bloco operatório.

No que respeita ao **Ensino** tem sido longa a espera pela concretização do Ensino Oficial, Preparatório e Secundário, no Concelho da Madalena.

Mas a espera vai ser recompensada, porquanto esse espaço de tempo permitiu a natural evolução do Projecto, não apenas para uma Escola Preparatória, mas para uma verdadeira **Escola Secundária**, visão desde logo amplamente aceite e apoiada

pelo Secretário Regional da Tutela.

E, o anteprojecto af está, para satisfação da população do Concelho, da Ilha e da Região.

Um anteprojecto que, à luz do que de mais recente e melhor existe na Região, está apetrechado com áreas para o desporto, nomeadamente pista de atletismo e pavilhão desportivo.

E no espírito da recente Lei de Bases do Sistema Educativo a nova Escola terá uma forte componente técnico-profissional estando previstos o laboratório de Agro-Pecuária, a sala de preparação de Biologia, a sala de informática, etc.

De facto, numa Ilha como o Pico, voltada para a Pecuária e, sobretudo, para as Pescas, sector em que lidera na Região constituindo um exemplo do que pode o trabalho das suas gentes, é forçoso que a Juventude comece desde logo a ser canalizada para aqueles sectores de desenvolvimento económico.

Deverão assim, conforme o previsto na legislação em vigor para o Ensino Secundário, existir cursos técnico-profissionais, quer agro-pecuários, quer de produção aquática, nomeadamente **técnico de pescas e marinho pescador**.

Que a Secretaria Regional da Educação e Cultura reconhece essa necessidade é um facto.

Que o Governo Regional está atento, também é um facto, aliás conforme consta do Comunicado da última visita ao Pico, cito "o projecto estará concluído no próximo mês de Julho e terá uma forte componente técnico-profissional".

Falta apenas que o Projecto definitivo contemple a construção da Escola com os requisitos necessários, o que não é fácil dada a inovação dos cursos técnico-profissionais do Ensino Secundário, mas que é imprescindível para o futuro e a fixação da Juventude em áreas tão essenciais para a economia da Ilha e da Região, como são as Pescas e a Pecuária.

Também no âmbito cultural suportou a Ilha do Pico um certo abandono, traduzido até pela circunstância de não sermos visitados pelos grupos que se deslocavam aos Açores.

Felizmente, é grato assinalar que já o ano passado tivemos a oportunidade de presenciar o Goldberg Ensemble, o Coro da Capela de Coimbra, o Coro dos Pequenos Cantores de Coimbra, a apresentação de livros, etc., acontecimentos que registaram uma encorajadora presença de público à qual não é estranha as características das gentes do Pico, bem expressas no elevado número e qualidade das suas Filarmónicas, Coros, Tunas, Grupos de Metais, etc.

Sobre **Turismo**, para além das várias Residenciais existentes, destaque para a ampliação e próxima inauguração do Hotel Caravelas, unidade que virá enriquecer o sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se ao conjunto enunciado anteriormente, e

que está longe de ser exaustivo, juntarmos:

- o abastecimento de água que vai levar um novo impulso face às verbas que as autarquias têm ao seu dispôr, graças à colaboração do FEDER e do Governo Regional;

- o surto de crescimento das **Pescas** com a revitalização dos estaleiros de Santo Amaro, a atribuição de várias traineiras a jovens mestres do Pico, o Entrepasto Frigorífico da Madalena, a própria ampliação da COFACO, etc.;

- o apoio à Pecuária através do programa de desenvolvimento Agro-Pecuário do Pico a funcionar em pleno; bem como os estudos a decorrer para a revitalização do matadouro, a construção de uma nova fábrica de queijo, e o 1º centro de formação profissional para agricultores;

Chegamos assim facilmente à conclusão que, após 13 anos de franco progresso, embora necessariamente com alguns erros e desilusões, o Pico de hoje nada tem a ver com o do passado recente anterior a 1974.

Resolvidos pois, ou em vias de, os principais problemas da Ilha no âmbito dos Transportes, Energia, Saúde e Ensino, e já criadas as condições para um amplo desenvolvimento das Pescas, Pecuária e Turismo, o Pico tem actualmente um presente razoável e um futuro melhor. O qual só poderá ser concretizado através da iniciativa e empenho das suas gentes ordeiras e trabalhadoras.

Naturalmente, desejaríamos ter mais e melhor. Mas aquilo que temos e o que está à beira de chegar representam muito mais, incomparavelmente mais, do que os nossos antepassados sonharam. O resto, o que justamente ainda queremos e reivindicamos, porque é próprio do homem querer mais e melhor, e é isso que cria o Progresso, teremos e havemos de justificá-lo com o nosso trabalho.

Uma coisa é certa. As condições-base para um futuro melhor já existem ou existirão a curto prazo. O resto, terá de ser a população do Pico a criar. E assim justificará novas e melhores estruturas, mais consentâneas com os nossos desejos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Pico progride.

De uma forma lenta se considerarmos as legítimas aspirações da sua população e o grau de atraso em que se encontrava antes da actual fase Autónoma, a qual, nunca é de mais afirmar, é uma conquista do 25 de Abril que só o empenhamento das forças democráticas tem conseguido preservar.

Progride o Pico de uma forma rápida se atendermos à sua história antiga e ao imenso que foi realizado em tão curto passado Autónomo.

Progride o Pico da forma humanamente possível, se levarmos em conta o imenso esforço que foi preciso efectuar para o arrancar da letargia em que se encontrava mergulhado, e a dificuldade

de governar estas nove parcelas de terra unidas pelo mar, que constituem a Região Autónoma dos Açores.

Progride o Pico.

Progride rumo ao futuro que os seus filhos desejam, merecem e saberão construir.

Seguramente, o Pico progride.

E com a confiança, a esperança e a determinação de um povo que cultivou as pedras, assim continuará o Pico no rumo do PROGRESSO.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é o primeiro período legislativo do Parlamento Regional que sucede à realização do V Congresso Regional do PS nos Açores, acontecimento este, que, pelo seu elevado sentido cívico e pela força renovadora que traduziu na mais importante formação partidária da oposição nos Açores, não dispensa uma palavra a esse respeito no "forum" mais privilegiado da democracia pluripartidária na Região, que é a Assembleia Regional dos Açores.

Tem sido neste órgão máximo da estrutura constitucional do poder político autónomo, que a vivência democrática mais se tem manifestado, e onde, apesar de ocasionais insucessos ocorridos, a maioria e as oposições confrontam-se, num ambiente concorrencial, que, ao invés de mitigar a participação destas últimas, demonstra que, pelo menos perante a opinião pública - se nem sempre perante a maioria - das oposições flui o mais essencial contributo para a elevação dos debates parlamentares e para a reflexão em torno de todas as decisões.

Todavia, se alguns partidos da oposição aspiram apenas ao aperfeiçoamento quantitativo e qualitativo do seu poder de crítica, e, nesse objectivo se consomem e se limitam, há muito que o PS adoptou nesta Assembleia uma atitude construtiva e laboriosa, que o torna, aos olhos de quem aceitar a verdade, um partido corresponsável pela arquitectura e pelo desempenho do regime autonómico nos Açores - estatuto esse, de que não abdica, e de que se orgulha de ter sido capaz de protagonizar, não confundindo a sua adesão à autonomia com a sua submissão ao poder político instituído, mas nunca expressando a sua oposição a esse poder com prejuízo das próprias instituições.

Tem sido através desta conduta, às vezes necessariamente subtil e, por isso, penalizadora - porque nos têm acusado com sucesso de uma e de outra coisa que nunca praticámos - que o PS se afirmou na sociedade açorianã como força política responsável, capaz de corporizar aspira-

ções reprimidas, desejos seculares de mais igualdade e de mais justiça, projectos de maior liberdade e iniciativas culturais, caminhos de maior participação dos cidadãos na gestão dos êxitos e das dificuldades. Continuamos a existir para que libertem a sociedade açoriana da sua dependência incontrolada do poder político, da repressão de uma ambiência administrativa multiplicadora de receios e inibições, de prepotências de servidores mais papistas que o Papa, de regimes de arbítrio que tudo fazem depender - casa, subsídios, concessões, emprego, promoção, etc - da obediência, da paga, da omissão ou do servilismo.

Para uns, a democracia parece significar um acto de tolerância para com a divergência ocasional, que se suprime pela realização simples de eleições. Para o PS, porém, a democracia é um regime, cuja dinâmica perfeccionista na organização económica, social e cultural, se socorre de mais e mais participação dos cidadãos e de mais e mais solidariedade. Se assim não for, que sabor amargo não tem a democracia para os pobres de São Roque ou de Fajã de Baixo, e que ócio confortável, que alibi inconfessável, não representará para os ricos dessas e de outras localidades.

Continuaremos a existir, com o objectivo que informa o socialismo democrático, que é o da realização máxima da liberdade, objectivo que ganha ainda mais actualidade quando a democracia, pela perversão dos seus próprios dirigentes, mina os caminhos mais elementares do seu próprio exercício, como entre nós frequentemente acontece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos dito que "a adesão do Partido Socialista à ideia descentralizadora constitui um acto decorrente dos fundamentos ideológicos da própria genética do socialismo democrático".

É assim que, "no quadro do Estado Português, a Autonomia Político-Administrativa dos Açores e da Madeira é a aposta no ordenamento das instituições que mais aprofunda o regime democrático e que sinaliza um valor integrante do projecto político do PS. Como partido da esquerda democrática, o PS nos Açores ajuíza a opção autonómica com a naturalidade de sem ela lhe faltar uma parcela substancial do seu corpo programático".

De resto, não há mesmo outra forma de coabitar com a esquerda democrática nos Açores.

Outro caso é o do PSD na Região, cuja aparente apaixonada adesão à autonomia, constitui a fraude política mais notável e conseguida nos últimos 14 anos. O PSD foi o precursor da autonomia político-administrativa nos Açores, após o 25 de Abril. Foi, sim senhor! Mas só o foi e, mesmo assim em aliança com os centralistas de outrora, porque se imiscuiu na velhacaria estratégica de ver a autonomia como um chapéu imunizante face às transformações libertadoras operadas

nc pafs, e, logo a seguir, face aos salpicos da hegemonia comunista nas instituições nacionais.

O PSD continuou e continua a aparentar estar na "pool-position" da engenharia autonómica. Mas fê-lo, de novo, sob a sofreguidão de um grupo que prosperava e prospera, numa teia de influências que se destruiria sob o comando de outro qualquer sistema.

O PSD continua a apostar na autonomia, como objecto político-constitucional de transferência de um poder concentrado no Terreiro do Paço para outro concentrado no Palácio de Santana. O PSD parece apoiar a autonomia sob o signo da rejeição a uma classe política colonizadora das opções políticas regionais, mas receitando para tão grande mal pior remédio: a recriação de uma classe política regional, sobrevivente de uma teia sucessória de servilismos e de obediências. Em suma, o PSD usa, para a defesa da autonomia dos Açores em relação a Lisboa, ainda menos afincado do que empenho na defesa do centralismo intra-regional, impunemente exercido do Palácio de Santana para a Colónia Alemã, do casebre de Santa Luzia para os funcionários e agentes da administração pública, do ex-Paço Episcopal e da Junta Geral, em Angra do Heroísmo, para as autarquias locais.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Essa é boa!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo:

O que se exige em 1988, para benefício geral dos que residem e pertencem aos Açores, já não é a esgrima das diabruras conjunturais sobre a arquitectura institucional e jurídica que nos envolve, e que consome as energias dispendiosas da maioria política regional. O grande desafio açoriano, já ultrapassou, quanto às suas preocupações dominantes, essas visões estereotipadas e caseiras do debate político trauliteiro.

Hoje, como de há algum tempo para cá, os Açores necessitam de uma visão política condutora dos seus destinos, que não esbarre com um conformismo fatalista que infecte as suas potencialidades sócio-económicas, mas que não se iluda numa megalomania posicional - a prazo reprodutora de desilusões e expectativas goradas quanto às nossas capacidades de desenvolvimento.

É nessa perspectiva de equilíbrio estratégico que o PS dos Açores mais se posiciona, apostando, exactamente, com criatividade e labor, em algumas das vantagens resultantes das nossas próprias e naturais limitações, marcadas, quer por um passado de abandono por parte dos poderes públicos nacionais, quer por um passado histórico de explorações e rateios, que, por ironia, sempre têm estado ligados a uma posição geográfica considerada privilegiada.

No Portugal contemporâneo, em que a generalidade dos agentes do poder político ajuizam o

centralismo e a concentração do poder como factores pretensamente indispensáveis da homogeneidade e unidade nacionais, a defesa das autonomias políticas dos Açores e da Madeira coincide com a defesa do desenvolvimento harmónico do país, que persistirá incompleto, enquanto estas se não confirmarem e as regiões administrativas do Continente não se implementarem.

É nesta perspectiva, tão unitária e portuguesa quanto democrática, que o PS entende a nossa autonomia constitucional como um verdadeiro projecto nacional.

Só com esse entendimento, por cá estivemos e cá continuaremos, empenhados num melhor futuro para todas as Ilhas dos Açores, que parece não poder coincidir com um melhor futuro para a maioria dos dirigentes da maioria política que nos dirige.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pede a palavra para?...

Deputado Renato Moura (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou efectivamente usar da palavra para um protesto, mas um protesto que vai ser extremamente curto porque, na minha bancada, existe muita gente inscrita a quem não desejaria retirar o tempo.

Para além do mais, começaria por dizer ao Sr. Deputado que já longe vai o tempo em que fomos atrás destes foguetes e com eles perdíamos tempo.

Naturalmente que o Sr. Deputado, ao longo da sua intervenção, procurou deleitar-se pensando na realidade que gostaria que fosse o seu partido - sempre com ela sonhou! Contudo, com esse sonho, nunca se passou de líder que depressa caiu e de líder que tentou e nunca mais voltou a ser. Daí que, em termos de Assembleia Regional, não possamos dar excessivo tempo a essa sua intervenção do Congresso, que teve os efeitos que nós bem sabemos.

Desejaria protestar porque o Partido Social Democrata repudia veementemente todo o tipo de acusações que lhe foram lançadas porque nós, Partido Social Democrata, não actuamos como o Sr. Deputado gostaria que actuássemos porque, se assim actuássemos, não era, neste momento, desta dimensão esta bancada, possivelmente a sua já teria tido a demonstração que o Sr. Deputado gostaria que tivesse em termos de votos... só que continua não tendo!

Deputado Carlos César (PS): Vai ter! Vai ter!

O Orador: Continua o Sr. Deputado a fazer acusações de todo o tipo, na tal linha de desejo

daquilo que o Sr. Deputado gostaria que fosse o Partido Social Democrata. Simplesmente, nós não vamos ser como o Sr. Deputado gostaria. Nós não vamos dominar a Administração porque, na Administração, existe muita gente de todos os partidos e, talvez por conta de alguns deles, sabe-se lá se a conselho do Sr. Deputado ou de outros, esta Administração não é mais eficiente do que aquilo que poderia efectivamente ser, porque uma Administração não são apenas os Secretários Regionais que ali estão sentados.

(Risos do PS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Terminaria por aqui mesmo, exactamente porque o nosso comportamento é o de que temos de trabalhar porque governamos esta Região e não fazemos a nossa vida de pura conversa!

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para um contraprotesto?

Deputado Carlos César (PS): Exactamente, Sr. Presidente!

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um brevíssimo contraprotesto, se é que pode ser possível fazer-se um contraprotesto: é que protestar contra alguma coisa quando alguma coisa não existe, a figura regimental é de difícil busca, mas toda a especulação é sempre útil.

Gostaria de dizer que também vou perder muito pouco tempo porque o meu partido tem "mcentes de gente inscrita" e, portanto, não posso perder muito tempo.

De qualquer modo, gostava apenas de dizer ao Sr. Deputado Renato Moura que a única pessoa de quem eu não falei na minha intervenção foi de mim, mas falei seguramente de si e, sem dúvida, V. Exa. vai ter que me obrigar a dizer que foram as piores partes ... e sem dúvida acertou!

Quanto à matéria do seu protesto, entendi-o como uma espécie de "sacudir de uma má impressão". O facto de eu agora estar levantado e de usar o microfone destina-se apenas a lhe recolocar a impressão sobre os ombros - o que, de resto, julgo que lhe fica muitíssimo bem!

E com estas pequenas observações que têm a ver apenas com o devolver a bola para o outro lado porque eu não disse nada porque era impossível dizer algo sobre aquilo que o Sr. Deputado igualmente não disse, eu dou todo o tempo à Câmara para o prosseguimento dos debates.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos estaremos de acordo, de que a Assembleia

Regional é o centro nevrálgico do debate político.

Por isso não admira que, desta tribuna e nesta Sala, se vão alicerçando ideias, apontando objectivos, construindo o futuro, com a preocupação constante de corrigir injustiças e consolidar as bases firmes e perenes da Autonomia Dinâmica.

E a autonomia e o consequente desenvolvimento sócio-cultural e económico da Região, não é um processo simples, acabado ou amorfo, tem antes uma dialéctica de confronto de ideias, na busca sempre constante de encontrar o melhor caminho a percorrer para alcançar a meta desejada.

Nesse caminhar, rumo ao futuro, cada qual assume a posição que deriva dos resultados eleitorais alcançados, sem abdicar de tomar posições que possam por vezes parecer um pouco contraditórias. Mas entendemos, e correctamente, que não cabe unicamente à oposição a fiscalização dos actos do Governo. Nunca coube, nem nunca lhe deixaremos o exclusivo dessa prerrogativa constitucional.

O Partido Social Democrata só é um grande partido porque, além duma filosofia programática que assenta no respeito pela pessoa humana, soube reservar no seu interior um espaço para o diálogo, para a afirmação da sua acção e, acima de tudo, para a possibilidade de se poder discordar de algumas acções ou atitudes, que lhe está subjacente, derivado da sua acção legislativa ou governativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso hoje dessa prerrogativa de, como Deputado Regional eleito pelo círculo eleitoral de S. Jorge, poder discordar serenamente do projecto que actualmente o Governo Regional leva a eleito na Baía das Velas.

E ao questionar o Governo sobre essas obras assumo a parte que me cabe no decorrer deste processo, por ter pensado (ac que parece) erradamente, que o ante-projecto fora visto e tinha o aval da Autarquia Local.

Confiámos demasiado, mas o erro poderá servir para, agora, e em relação ao projecto do acrescentamento do cais comercial de Velas, não deixar a outros a análise, cuidadosa e ponderada, de uma obra que é por demais necessária ao progresso da ilha e da Região.

Entendo que a obra sobre a qual me refiro nesta intervenção, ou seja, a ligação do Caisinho ao Ilhéu no interior da Baía das Velas, teve por parte da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo o andamento e o tratamento que aquela Secretaria julgava contemplar o anseio da população.

Conhecido, no local da obra, o desenho definitivo e tendo-se constatado que o mesmo não correspondia ao projecto que, a nível população e seus representantes, se idealizara, de imediato

demos conhecimento ao Governo Regional, alertando-o para o facto, numa fase em que a obra apenas se iniciava.

A resposta mais consubstancial foi, de que havia abertura para rever o processo, e que novo estudo havia sido encomendado, tendo em vista estudar a hipótese de alteração afim de dar resposta às sugestões apontadas pelas forças representativas do poder naquela ilha, ou melhor, no Concelho das Velas.

Conhecido o novo estudo, ou parecer, elaborado por quem fizera o primeiro, continuamos apreenhivos quanto ao conteúdo do mesmo, dado que ele não aponta novas soluções, e seria importante conjugar os pareceres técnicos com as aspirações das populações.

De momento os trabalhos em execução vão pois dando corpo àquilo que se denomina a obra do nosso descontentamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Governar tem sido também a arte de saber entender a linguagem do povo que nos elegeu e, acima de tudo, o pôr à disposição das populações obras ou infraestruturas que são sinal de progresso e não factor de descontentamento ou frustração presente e futura.

E seria demasiado rígrado tomarmos decisões apenas escoradas em pareceres técnicos concebidos com base em ideias estabelecidas à partida.

Alguns dados contidos nesse parecer técnico, colocam iguais interrogações essencialmente aos pescadores, por a obra se executar no interior de uma bafa, que ficará ainda mais protegida com o aumento do cais comercial de Velas - obra essa, sim, considerada fundamental para o desenvolvimento da ilha e da Região.

Quando as pessoas vêem crescer algo, na sua terra, na ilha onde habitam e vivem, sentem sempre - porque natural e humano - o desejo que se faça o melhor possível, essencialmente quando se esperou longo tempo por aquilo que agora se torna uma realidade um pouco diferente da idealizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Governo nunca perdeu a sua credibilidade de executor de uma política global de desenvolvimento que se aceita correcta, aceitando algumas sugestões, que pretendam ser razoáveis e poderão contribuir para melhorar situações, desfazer equívocos e ajudar a quebrar algum desencanto existente.

O Governo deve actuar com razoabilidade e coerência, sem medo de fantasmas que não existem. E para este caso concreto julgo que alguma atitude se deve tomar. E sem prejuízo de voltar a trazer este assunto à discussão, deixo uma sugestão, que poderia ajudar a encontrar uma

solução capaz de conjugar positivamente os pareceres técnicos com os desejos das populações, essencialmente os pescadores.

Julgo que uma reunião com os representantes dos diversos órgãos de poder em S. Jorge, representantes dos pescadores, técnicos responsáveis pela elaboração do projecto e o Senhor Secretário Regional dos Transportes e Turismo se poderia encontrar uma plataforma de entendimento razoável e objectiva face à actual situação e andamento das obras.

Sem esse acto, não seria razoável deixar correr a execução do actual projecto, para, depois, se concluir que é impossível fazer alguma alteração, dado o adiantado grau de execução da obra.

Porque acredito nos homens de boa vontade, e na estatura moral dos nossos governantes, ainda espero que algo se fará no sentido de alterar e corrigir uma obra necessária, mas necessária se executada na dimensão possível para o projecto desejado.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, faltam 3 minutos para o fim da hora destinada a intervenções de interesse político relevante para a Região. Como não tem 10 minutos, penso que a Mesa tem que dar por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Continuam inscritos para amanhã os seguintes Deputados: Martins de Freitas, Renato Moura, José Leovigildo e Manuel Melo, todos do PSD; do PS, temos os Srs. Deputados Simas Santos, Manuel Serpa, Carlos Mendonça, Hélio Pombo e José Manuel Bettencourt.

Passamos ao **Período da Ordem do Dia.**

O primeiro ponto é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Reservas Florestais Naturais"**.

Como está presente o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, pergunto-lhe se deseja apresentar este diploma.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):

Não é necessária a apresentação do diploma, porque ele decorre, de facto, do diploma já aprovado nesta Assembleia (o 15/87/A) e é o estabelecimento agora, em termos concretos, das "Reservas Florestais" que aqui se propõem.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo apresentação, declaro aberto o debate na generalidade.

Ter a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos nas nossas mãos uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, oriunda da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, a qual visa

a criação dum conjunto de dezasseis reservas florestais naturais em sete das nove ilhas dos Açores.

A Comissão, que apreciou a proposta em apreço, entendeu que poderia dar parecer favorável se as mesmas fossem classificadas de "Reservas Florestais Naturais Parciais".

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe esta designação, tendo em conta o que se dispõe no Regime Jurídico das Reservas Florestais, estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional nº 15/87/A, de 24 de Julho.

As reservas, que vão ser criadas com a aprovação do presente diploma, são zonas de interesse geológico e de riqueza botânica e paisagística, nalguns casos com fauna diversa, existindo nalgumas espécies raras, e com potencial valor turístico e interesse para o estudo da evolução das formações vegetais, conforme se lê no preâmbulo da proposta.

Não seria fácil, numa intervenção desta natureza, abordar com a merecida profundidade cada uma das reservas que se visa classificar.

Gostaria, todavia, de procurar dar um contributo nesta discussão, para além daquele que, na altura própria, procurei dar na Comissão que apreciou esta iniciativa do Governo Regional dos Açores que, é justo aqui referir, há tanto tempo vem sendo cuidadosamente preparada pela Direcção Regional de Recursos Florestais.

Só que agora o farei de uma forma menos geral e procurando fazer incidir a minha atenção sobre a situação que, por ser do meu círculo eleitoral, melhor conheço.

Efectivamente na ilha Graciosa existe uma das grandes maravilhas do Mundo, apreciada por todos quantos a visitam.

É a Caldeira situada na parte sudoeste da Ilha, entre as freguesias da Luz e da Praia e com a área de cerca de 120 ha. A borda superior da cratera tem de perímetro cerca de 3 870 m.

Do seu exterior, circundado por um caminho com a extensão de 5 km, iniciado em 1976 e terminado em 1978, pode-se disfrutar um belo panorama da ilha e avistar, para além do mar, as Ilhas Terceira, S. Jorge, Pico e Faial.

Para facilitar a visita à "Furna do Enxofre", foi rasgado um túnel e uma estrada, melhoramentos iniciados em 1952 e concluídos em 1953.

A vasta cratera, que encerra uma enorme beleza de difícil descrição, tem a forma elíptica com 1 600 m de comprimento e 870 m de largura. A cota mais elevada, no bordo leste, atinge os 402 m. A cota mais baixa, no interior, junto à boca da chaminé do vulcão, é de 137 m. As paredes rochosas, escarpadas e quase verticais têm a altura máxima de 270 m e constituem um impressionante espectáculo.

O baldio ficou em 1960 sob a administração

dos Serviços Florestais de Angra do Heroísmo, os quais iniciaram, de imediato, a vedação das pastagens e o povoamento florestal.

Assim as encostas foram revestidas de criptomérias, acácias, pinheiros, castanheiros, freixos, videiros, plátanos e outras árvores.

O lado ocidental e as margens íngremes, que ladeiam as duas extensas fendas da antiga chaminé vulcânica, mantêm a sua vegetação natural, arbustiva ou subarbustiva, como a urze, a faia da terra, o incenso, a silva, o brasel e a junça-fina.

No que diz respeito à fauna, encontram-se na Caldeira a maioria das aves da ilha, como o canário-da-terra, o melro preto, a pomba da rocha, o tentilhão, a levandeira, o milhafre e outras. O fundo da Caldeira é visitado pela gaiivota e pelo garajau, espécies marinhas.

Nos charcos existentes abunda a rã.

Também não faltam o coelho-bravo e o rato-do-campo, que na Caldeira encontram alimentação e seguro abrigo.

A chaminé do vulcão alarga-se debaixo do solo, em majestoso e impressionante algar conhecido por "Furna do Enxofre" com 220 m de comprimento, 120 m de largura e cerca de 80 m de altura.

No seu interior nota-se ainda uma certa actividade vulcânica, traduzida por água em ebulição numa pequena caldeira e emanações de gases sulfurosos, de cheiro característico, e pela disposição de cristais amarelos de enxofre à superfície do terreno no interior.

O acesso ao fundo deste algar é uma escadaria de pedra, em caracol, com 184 degraus e com vários patamares ajanelados, donde se disfruta uma magnífica visão para o interior. Esta obra delineada e orientada pelo Tenente Manuel Severo dos Reis e executada pelo mestre-pedreiro Carlos Sebastião, custou naquela época 39 000\$00 e foi inaugurada em 30 de Julho de 1939.

Até essa data, a descida à Furna da Caldeira era feita em suspensão por cordas. Foi assim que o Príncipe Alberto de Mónaco a visitou em 1 de Abril de 1879.

Quem lá vai e penetra na escuridão rumo à lagoa, vai habituando a vista à pouca luminosidade e depara com um espectáculo que podemos classificar de "belo horrível".

Quando da visita do Governo Regional à Ilha Graciosa no passado mês de Abril, pudemos apreciar melhor a beleza incomparável da abóbada da Furna do Enxofre na Caldeira, devido à **iluminação** feita a título experimental por um grupo de Montanheiros da Ilha Terceira e com o apoio da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e dos Serviços da EDA naquela ilha. Aliás tinha já sido feita uma experiência idêntica.

Nos dias 26 e 27 de Abril do corrente ano, observámos à noite, as diversas tonalidades

da cúpula rochosa, finamente esculpida em blocos geométricos, de efeito espectacular.

Ao darmos um passeio de barco na lagoa, formada pela acumulação de águas pluviais de infiltração e que presentemente tem apenas cerca de 14,5 m de profundidade, constatámos a existência de estalactites.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Reserva Florestal, que se pretende criar na Graciosa, está delimitada na alinea e) do ponto 1 do artigo 2º. É definida por uma linha que, partindo do cruzamento do início de caminho florestal que contorna a Caldeira, com o caminho do acesso da Canada Longa à Caldeira, segue em volta de toda a Caldeira pelo referido caminho florestal, contornando pelo Sul o Pico dos Fragosos, pela cota de 200 m indo ligar ao ponto inicial pelo já referido caminho florestal.

Portanto, abrange além desta parte exterior da encosta, o fundo e as encostas interiores da Caldeira.

É certo que hoje a Caldeira já não tem o mesmo aspecto que lhe havia sido dado pela Natureza e que, depois de 1960, começou a ser transformado com a plantação de árvores.

Para alguns a existência das referidas árvores torna o lugar aprazível, pois aí se pode repousar e efectuar pic-nics à sombra, nomeadamente no parque de recreio que existe com mesas de pedra tosca, bancos e até equipamentos para ocupação das crianças, com baloiços e escorregas.

Todavia parece-nos que a beleza da Caldeira será maior se conjuntamente com o contraste do verde-claro das pastagens, nos retalhos menos declivosos, com o verde-escuro de alguns povoamentos florestais, se puder observar, pelo menos, parte das formações basálticas das encostas rochosas escarpadas.

Seja como for, o certo é que a plantação de árvores modificou a situação natural ali existente, nomeadamente fazendo baixar de há anos para cá, cada vez mais à medida que as árvores foram crescendo, o nível de água na lagoa, problema ainda agravado pelo desvio de águas das nascentes para benefício de pastagens. Refiro que aquela lagoa tinha a profundidade de cerca de 22 m.

É justamente por isso que os Graciosenses consideraram como operação acertada o corte de algumas espécies de árvores, designadamente daqueles que absorviam maior quantidade de água, permitindo maior infiltração, isto porque concordamos que a Caldeira seja uma "Reserva Florestal Natural Parcial", mas gostaríamos que não desaparecesse dessa Reserva aquilo de que tanto nos orgulhamos - a Lagoa no interior da Furna.

Creemos assim que a classificação desta zona se reveste de grande importância e pena é que não tivesse sido há mais anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me alongaria em mais considerações, mas não poderei deixar de dizer que, não obstante o facto de não me ter referido às demais reservas, estou igualmente de acordo com a sua classificação.

Antes de terminar, faria um apelo no sentido de que atempadamente se façam os planos de ordenamento e os regulamentos das Reservas, evitando-se assim que a classificação se torne um acto sem efeito prático.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD, do Governo e do PCP)

Presidente: Continua aberto o debate na generalidade sobre este diploma. Não havendo mais intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que, na generalidade, concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade. O Sr. Secretário vai fazer o favor de ler o artigo 1º.

Secretário: Artigo 1º.

(Foi lido)

Presidente: O Partido Socialista e o Partido Social Democrata declaram que assumem as propostas de alteração sugeridas pela Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos.

Para este artigo 1º sugere-se, para o corpo do artigo, o seguinte:

"São criadas as reservas florestais naturais parciais:"

Está à discussão o artigo 1º com esta proposta de alteração sugerida pela Comissão e assumida pelos dois Grupos Parlamentares. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º com esta redacção acabada de ler, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2º. Se os Srs. Deputados estivessem de acordo, dispensaríamos a leitura do artigo 2º que trata das delimitações de todas estas Reservas que já são conhecidas dos Srs. Deputados.

Não havendo oposição a esta sugestão, está à discussão o artigo 2º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 2º fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 3º.

Secretário: Artigo 3º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo 3º, aliás é

um pormenor decorrente da aprovação do artigo 1º, a Comissão sugere, e os Grupos Parlamentares assumem essa sugestão, que diz o seguinte:

".....-
..... das reservas florestais naturais **parciais** criadas por este diploma."

Com esta proposta de alteração, está à discussão o artigo 3º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, com esta proposta de alteração, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º.

Secretário: Artigo 4º.

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão o artigo 4º para o qual não há propostas de alteração. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, do artigo 5º ao artigo 10º inclusive não há quaisquer propostas de alteração. Se não vissem inconveniente, dispensaríamos a leitura e votaríamos globalmente estes artigos.

Estão à discussão os artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Os artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º.

Secretário: Artigo 11º.

(Foi lido)

Presidente: O Grupo Parlamentar do PSD propõe a eliminação do nº 1 do artigo 11º da proposta, passando, consequentemente, o nº 2 a corpo do artigo.

Está à discussão o artigo 11º com esta proposta de eliminação do nº 1.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas pedia a palavra para dar uma pequena explicação.

Propõe-se que este nº 1 seja eliminado porque o disposto no artigo 6º cobre todas as situações de encaves de proprietários em Reservas, e como isto se referia a encaves de proprietários privados na Reserva dos Graminhais, não há necessidade nenhuma de vir aqui especificado.

É esta a razão da eliminação do nº 1.

Presidente: Continua a discussão o artigo 11º. Não havendo intervenções passamos à votação da proposta de eliminação do nº 1.

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O nº 1 do artigo 11º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o nº 2 que passará a ser o artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 12º.

Secretário: Artigo 12º.

(Foi lido)

Presidente: A Comissão propõe a eliminação do artigo 12º.

Está à discussão a eliminação deste artigo. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação de artigos 12º fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O artigo 12º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Concluímos a apreciação e votação deste diploma que baixa à Comissão para a sua redacção final.

Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 16,35 hcras)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17,15 horas)

O ponto nº 2 da nossa Ordem do Dia é um **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão** para as seguintes Propostas de Decreto Legislativo Regional:

- **Aplicação à Região do Decreto-Lei nº 15-B/88, de 18 de Janeiro - "Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno";**

- **"Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) - Indústria Extractiva e Transformadora";**

- **"Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT)".**

O Sr. Secretário do Comércio e Indústria pretende apresentar e fundamentar este pedido de urgência?

Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria justificar a apresentação deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para as propostas de decreto legislativo regional anteriormente mencionadas. E fá-lo-ei de um modo particular no que respeita ao SIPE e ao SIBR.

Poderão argumentar que, sendo diplomas nacionais publicados no início deste ano, só agora venha a ter lugar a regulamentação regional correspondente.

Sucede que toda esta documentação estava "negociada" com o Governo da República, e no último encontro entre o Governo Regional e o Governo da República, a decisão sobre os processos apresentados a candidaturas, pelo facto de serem pagos, na prática, pelo Orçamento Regional, pertenceria à Região. Essa negociação, decorrida entre a Secretaria Regional das Finanças e o Ministério do Plano e das Finanças, só se completou no último encontro.

Há, pois, que preparar legislação regional, aplicando-a à Região, uma vez que é previsto, tanto no SIPE como no SIBR, que a regulamentação da apresentação das candidaturas, a sua preparação e fiscalização é competência dos órgãos de Governo próprio da Região. Procurou-se introduzir, nestes diplomas, determinados elementos, já de acordo com o Governo da República.

Foi-me chamada a atenção para o facto de se ultrapassar determinadas acções previstas, ou determinadas competências, que se atribuíam a determinados departamentos do Governo Regional e que ultrapassavam as competências que poderiam ser assumidas pela Região na regulamentação pela Assembleia Regional.

Gostaria de dizer que, embora isso tivesse nascido numa situação de negociação entre o Governo da República e o Governo Regional, que considero extremamente importante, sobretudo no que diz respeito ao SIBR - não temos neste momento processos encaminhados e eventualmente poderia vir a suportar o normal andamento deste processo legislativo - que esse processo de urgência se verifique e se constate. É preciso aplicar, desde já, à Região para que as expectativas dos nossos empresários - e posso anunciar que existem já 5 ou 6 processos apresentados no valor de investimentos da ordem de meio milhão de contos - não sejam goradas.

Esse processo poderá, desde que seja de facto aplicado à Região, desencadear-se através de outras negociações para que, na prática, se concretize o que foi acordado entre o Governo da República e o Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o processo de urgência rege-se pelo artigo 147º do nosso Regimento. Poderá intervir um representante de cada partido, por período não superior a 15 minutos cada um.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós estamos a apreciar, fundamentalmen-

te, em relação a estes pedidos de urgência, é se consideramos ou não que esta Assembleia - nas condições em que nos é proposta a apreciação destes diplomas - tem ou não condições para eles serem examinados por ela com o detalhe, com o pormenor que reclamam.

Efectivamente entendemos que não é isso que acontece. Tínhamo-nos já realmente desabitua-do, depois de algumas guerras a esse respeito, desses pedidos de urgência sobre diplomas - nomeadamente diplomas de adaptação à Região - entregues à última hora. Convém que não nos voltemos a habituar. Se bem que, pelo que recorro do passado, essas situações normalmente criavam-se com a aproximação do Verão, mas costumavam aparecer em Março. Este ano aparecem-nos um pouco mais tarde (em Maio), mas reincidindo num comportamento que parecia ter sido quebrado definitivamente pelo Governo Regional.

Além disso, as datas dos próprios diplomas que nos são propostos para aplicação são, num caso de 31 de Dezembro (creio eu) e no outro de 18 de Janeiro, e isso só por si indicaria que não houve o suficiente cuidado ou a suficiente diligência para - no espaço dos meses que decorreram desde Janeiro num caso ou desde Dezembro no outro - apresentar a esta Assembleia, em tempo oportuno, esses documentos.

Mesmo que se verificassem outras negociações, nada impediria que elas tivessem ocorrido à medida que o diploma nacional ia sendo elaborado, como efectivamente sabemos que aconteceu em relação a outros casos concretos. Lembro o diploma sobre "Concurso de Professores" que, praticamente, pôde ser adaptado à Região quase simultaneamente com a sua publicação no Diário da República, em contraste com estes que nos são propostos que nos aparecem bastante tempo depois.

Dado este conjunto de razões o Grupo Parlamentar do PS não pode dar o seu voto favorável a esse pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS reconhece que esta matéria tem urgência - aliás, como todas as matérias.

Contudo, em nosso entender, deveria ter sido o Governo a dar a maior urgência às mesmas e não a Assembleia, porque ela tem os seus métodos de funcionamento.

Por estas razões, nós vamos votar contra este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que poderia ocupar o tempo que regimentalmente me compete, a propósito desta matéria, reflectindo-me numa outra que é, digamos, um tema que com alguma frequência tenho procurado trazer aqui e que tem a ver com o funcionamento desta Assembleia. Penso que vai sendo tempo dos vindouros virem a avaliar se este nosso estilo e tipo de funcionamento é suficiente, com os períodos de funcionamento que tem, ou se se tem que começar a pensar e a imaginar outros esquemas.

Eu compreendo a importância e a urgência que o Governo Regional possa ter na aprovação destas questões; também compreendo que, sendo de competência da Assembleia, a Assembleia tem que ter condições para as apreciar. E tanto assim é que os próprios Grupos Parlamentares - até o da maioria - ainda hoje de manhã estiveram a abordar estas questões durante algumas horas. Portanto, não são assuntos fáceis que possam ser arrumados de pé para a mão porque têm matéria controversa e são questões complicadas.

Deixando um voto de que estes pequenos incidentes ou situações comecem a gerar a ideia geral de que é necessário começar a repensar como é que esta Assembleia há-de funcionar, anuncio que não estou em condições de apreciar capazmente os diplomas amanhã e, não estando, não posso estar em condições de aprovar a urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD também tem vindo, ao longo destes anos, a afirmar-se - e pela prática tem vindo assim a acontecer - que as urgências só devem ser trazidas a esta Assembleia quando o inevitável aparece.

Foi apenas neste sentido, não por tertar abrir precedentes sobre essa matéria mas pela programação de trabalho que temos nesta Sessão e pela programação futura dos trabalhos deste ano, que o Partido Social Democrata viu-se perante o inevitável de ter que trazer aqui este pedido de urgência sobre estes três diplomas.

Presidente: Srs. Deputados, passamos agora à votação.

Como ficcu entendido na reunião da Mesa com os Presidentes dos Grupos Parlamentares, votaremos um diploma de cada vez.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão na aplicação do Decreto-Lei nº 15-B/88 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, registando 13 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Votamos agora o pedido de urgência para a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) - Indústria Extractiva e Transformadora".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, registando 13 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Agora votaremos o pedido de urgência para a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento ao Turismo (SIFIT)".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, registando 13 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos agora ao ponto nº 3 da nossa Ordem do Dia que é uma **Proposta de Resolução sobre a "Conta da Região referente ao ano de 1986"**.

Não havendo apresentação desta matéria, está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como repetidamente se reafirma nas conclusões que constam do Capítulo V do parecer da Comissão sobre as Contas de 1986, estamos em face de uma apreciação e fiscalização políticas que cabem à Assembleia Regional. Desta fiscalização e aprovação pela Assembleia não derivarão outras consequências que não sejam de carácter político.

Daf que a Comissão tenha entendido que poderia efectuar essa "análise política sobre a execução material e financeira dos programas do Plano", distinguindo-a claramente da fiscalização da legalidade das despesas da competência da Secção Regional do Tribunal de Contas.

Esta é a perspectiva com que o Grupo Parlamentar do PS colaborou na elaboração deste relatório e deste parecer e é a perspectiva que mantém, na apreciação, neste momento.

É óbvio que essa apreciação tem de ser feita na sequência da posição que foi assumida por cada um dos partidos (neste caso pelo PS) em

relação ao próprio Plano - de que este relatório, de que esta apreciação política é sequência. Não pode ser efectivamente desligada dessa apreciação.

Quando ela foi feita, todos se recordarão que o Grupo Parlamentar do PS assumiu uma posição política contrária ao Plano, não podendo nesta altura, por razões de processamento legal então seguido, apresentar as alternativas que apontaria, mas apontando efectivamente para outro esquema de planeamento, outra forma de aplicação das verbas, outras prioridades.

É nesta perspectiva, e ligando precisamente a essa apreciação, que nós mantemos, em relação às Cortas da Região, a concretização material, do ponto de vista político, da execução de um Plano de 86 do qual discordamos. Mantemos essa discordância em relação às próprias Cortas, quer do resultado e da apreciação política final deste Plano constasse a plena execução ou a total concretização dos programas constantes do Plano; quer - como vem abundantemente provado no relatório - em relação àqueles casos em que o próprio Governo Regional não conseguiu levar a bom termo aquilo a que se comprometeu perante esta Assembleia.

Seria possível, mas não é necessário estar a especificar esses casos. É, porém, de referir que este ritmo de execução do Planeamento Regional no ano de 86 - que é o que está neste momento em questão - é preocupante em relação às suas taxas de execução financeira e material (em alguns casos simultaneamente, noutros casos apenas em relação à execução material) naqueles aspectos que constituíam objectivos prioritários do próprio Plano, como sejam, a alteração dos sectores produtivos, a alteração com funções de reestruturação, com funções de estratégia e de reestruturação da economia. Isso é notório em relação a alguns programas de baixa execução - no caso da agricultura, no caso das pescas, no caso da indústria - em que há, por vezes, redução dos montantes previstos no Plano inicial e, para além desta redução, existem percentagens de execução bastante baixas.

Esse aspecto é de salientar, e não pode deixar de ser tido em conta nesses sectores que o próprio Plano do Governo Regional apontava como prioritários no reforço, na alteração da estrutura produtiva regional; o que significa que, neste momento, podemos tirar a conclusão de que esses objectivos falharam redundamente, mesmo colocando-os nos pressupostos e na perspectiva do Governo Regional.

Poderá também ser chamada a atenção para outros aspectos que dizem respeito a um velho objectivo que consta de toda a programação governativa do Governo Regional (continuava a constar do Plano) que é a eliminação ou a redução de

assimetrias regionais; que alguns dos programas (também se poderá verificar isso), como o Programa 50 e como outros programas no domínio da indústria que tinham por objectivo acorrer a carências em zonas de periferia ou em zonas subdesenvolvidas da Região, mostram, pelo seu nível de execução, que o Governo aí também falhou, não contribuindo, portanto, para a redução dessas assimetrias.

São estes aspectos que deixo aqui salientados e que, efectivamente, determinam que o voto do PS seja desfavorável a esta Proposta de Resolução sobre a "Conta da Região de 1986".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Uma primeira observação referente ao trabalho da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros.

A opinião que sustento sobre o trabalho apresentado é de que é um trabalho importante e que seguiu (aliás, de acordo com o que tinha sido visto em reunião conjunta das Comissões) uma metodologia extremamente útil, politicamente útil e politicamente correcta, de apreciação da Conta, ou seja, procurar no essencial verificar que tipo de desvios há, se são significativos ou não, que grau de execução há, em relação especialmente ao Plano, em função dos dados da Conta que são presentes.

Penso que este é o tipo de apreciação política que mais está - aliás, como se chegou a enterdimento nas Comissões Conjuntas - de acordo com as funções desta Assembleia Regional.

Este relatório produzido pela Comissão, independentemente de ser importante para o ajuizar de uma posição política concreta sobre a Conta, é extremamente importante para o trabalho político de todos os deputados e de todos os grupos em relação à apreciação e fiscalização dos actos do Governo em termos gerais. Penso mesmo que, numa perspectiva parlamentar, este trabalho - que faço votos que seja continuado no futuro - é um elemento de referência importante quando se pretender analisar, por exemplo, a eficácia do Governo nesta ou naquela área, quando se pretender, por exemplo, verificar se grandes objectivos estão ou não, não direi a ser cumpridos, mas a ser prosseguidos regularmente.

Portanto, é um trabalho político que considero positivo, importante, interessante e de acordo com as necessidades e exigências desta Assembleia no cumprimento das suas competências.

A observação atenta desse trabalho e a observação atenta da Conta - e aqui sigo o trilho seguido pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa - mostram, penso eu, de forma bastante clara, algumas coisas que tenho tido oportunidade de dizer nesta Assembleia, especialmente na Tribuna, e que ainda hoje, no período de Antes da Ordem do Dia, referi, ou seja, o facto de ter a opinião

de que muitos dos objectivos traçados no Plano a Médio Prazo, que agora finda a sua execução, não foram nem atingidos, nem, nalguns casos, sequer prosseguidos.

Perso que esta conclusão, em relação ao Plano de 86, é legítima de se tirar, dado o fraco grau de execução daqueles programas que efectivamente marcam, fundamentalmente em relação aos objectivos nucleares do Plano a Médio Prazo.

Por esta razão de fundo, o PCP não dará o seu voto favorável à Conta de 86 porque pensa que a execução do Plano, no caso concreto, não corresponde, num aspecto, à perspectiva que temos e nem sequer está de acordo com os próprios objectivos do Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do CDS subscreve genericamente o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros relativamente à Conta de 1986.

Como da mesma se conclui, a execução material do Plano, nalguns sectores, não corresponde ao que se havia programado e, de resto este Grupo Parlamentar não se identifica com muitas acções desenvolvidas pela Administração Regional.

Resta-nos uma posição de abstenção relativamente à Conta da Região referente ao ano de 1986.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Castanheira Cruz.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem o entendimento de que houve um certo rigor e uma certa correspondência entre o que foi orçamentado e aprovado na altura nesta Assembleia e aquilo que se veio a verificar pela Conta da Região relativa ao ano de 1986.

Obviamente também reconhece - e o próprio relatório o reconhece e aponta - alguns desvios que também poderão ser distinguidos em dois tipos: uns que podem ser mais apontados a uma responsabilidade directa do Governo enquanto determinante executor da obra, mas existem outros que advêm de uma falta de absorção pela própria iniciativa privada aos apoios então contemplados - julgo que serão de apontar estes dois tipos de desvios.

No entanto, em termos globais, há uma diferença de apreciação numérica, mas essa também é de ordem política, pois enquanto que a oposição diz "só 95%", nós dizemos "apenas 5%". É apenas uma diferença de apreciação.

Em termos globais, nós achamos que há uma correspondência bastante grande entre aquilo que foi orçamentado e aquilo que efectivamente

foi pago e executado.

Reconhecemos também que um Plano e um Orçamento executado a 100% levaria a que se perguntasse:

- Porquê uma execução de um Plano e de um Orçamento a 100%?!

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições na Mesa sobre esta matéria passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Conta da Região referente ao ano de 1986 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

Secretário: A Conta da Região referente ao ano de 1986 foi aprovada com 16 votos a favor do PSD, 11 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e registou 1 abstenção do CDS.

Presidente: Fica aprovada esta Resolução, que baixa à Comissão para a redacção final.

Passamos agora ao último ponto da nossa Ordem do Dia, que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação do Conselho Regional de Concertação Social"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho para apresentar este diploma.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Programa do III Governo Regional dos Açores preconiza-se a criação de estruturas de concertação, no âmbito laboral, de modo a tornar mais eficaz o diálogo com os parceiros sociais, tendo em vista a estabilidade social. Igualmente se preconiza o desenvolvimento das estruturas de participação entre o Governo e os parceiros sociais e destes entre si no quadro das relações de trabalho.

A proposta de criação do Conselho Regional de Concertação Social representa a concretização dos princípios enunciados,

O ponto actual da organização sindical na Região favorece uma tal iniciativa.

Com efeito nos últimos tempos assistiu-se à criação de uma delegação da União Geral de Trabalhadores nos Açores e foram iniciados diversos processos com vista à criação de Uniões de Sindicatos.

Estão pois criadas as condições para a funcionalidade de uma estrutura desta natureza cujo êxito depende da existência de parceiros sociais devidamente organizados e dinâmicos.

Na generalidade dos países europeus de democracia pluralista existem e assumem particular importância as estruturas que visam facilitar a trocas de pontos de vista e a análise conjunta dos problemas sócio económicos com vista à obtenção de consensos entre os sindicatos, os emprega-

dores e os governos.

Em muitos destes países tais estruturas têm contribuído positivamente para o seu desenvolvimento económico e social.

Por outro lado, organismos de reputação internacional como a Organização Internacional do Trabalho proclamam a vantagem da institucionalização de mecanismos com vista à efectivação do diálogo tripartido e ao desenvolvimento do tripartismo.

A proposta agora em apreciação resultou de um diálogo com os parceiros sociais e da análise e consideração dos seus pontos de vista nesta matéria, tendo sido possível obter um consenso alargado praticamente quanto a todo o articulado da proposta.

Quanto ao conteúdo da proposta deve salientar-se o seu artigo 2º que traduz a preocupação de enriquecer o elenco das atribuições do Conselho por forma a permitir-lhe debruçar-se sobre todos os problemas económicos e sociais e propor medidas nestes domínios. De igual modo se destaca a componente do emprego e formação profissional bem como toda a área laboral.

Por outro lado preceñizam-se soluções com vista a criar uma estrutura simplificada e, ao mesmo tempo, de funcionamento expedito como comprovam os artigos 10º, 18º e 19º.

Houve, igualmente, a preocupação de assegurar uma rigorosa observância dos princípios do tripartismo de modo a garantir um igual tratamento a todas as partes, como se prova pela redacção dos artigos 3º e 14º.

O clima de diálogo e paz social, que tem existido na Região, permite augurar um futuro promissor a este órgão.

Entende-se porém que a existência do Conselho Regional de Concertação Social não dispensará que sejam estudadas e definidas as formas de participação da Região no Conselho Permanente de Concertação Social a fim de que se torne possível uma participação directa na definição de medidas de política económica e social de âmbito nacional mas susceptíveis de afectar o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário faça o favor de se inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional do Trabalho:

A última parte da intervenção do Sr. Secretário penso que levanta uma questão extremamente importante, que não está directamente ligada com aquilo que vamos discutir mas que é desta temática: trata-se das eventuais futuras formas de participação da Região no Conselho Nacional de Concertação Social.

Eu entendo, como é do conhecimento geral - e penso que muitas matérias que são analisadas no Conselho de Concertação Social acabam por ter influência na vida regional - que todas as formas de participação possível da Região são úteis, necessárias e justas desde que o interesse regional possa estar em causa, e gostaria, sendo possível, de perguntar ao Sr. Secretário se há alguma forma de participação, dado que é um tema extremamente importante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar o esclarecimento pedido.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Decq Mota:

Exactamente o que se pretendeu com o último período da intervenção de apresentação do Conselho Regional de Concertação Social, foi um alerta para a possibilidade da Região Autónoma dos Açores participar no Conselho Nacional de Concertação Social.

É evidente que esta participação terá de ser tripartida, ou seja, pelo facto do Governo Regional estar presente, significa este facto, por si só, a presença, quer das entidades patronais dos Açores, quer das estruturas sindicais. Já decorrem conversações com o Governo da República neste sentido.

Perso que, para já, não existem mais dados concretos e penso também ter respondido à sua questão.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento, declaro aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito brevemente, gostaria apenas de explicitar e deixar registada no Diário das Sessões a posição que já deixei registada na declaração de voto que anexeii ao relatório da Comissão dos Assuntos Sociais de que faço parte.

Ao contrário do que eventualmente alguns esperariam, o PCP, na Comissão dos Assuntos Sociais, votou favoravelmente a criação do Conselho Regional de Concertação Social. E votou favoravelmente exactamente por entender que a criação institucional, ou a instituição deste órgão, corresponde, nesta Região Autónoma, a um passo importante para a institucionalização de um diálogo no que respeita a relações de trabalho e áreas correlativas que não é frequente, que não tem sido incentivado e que não é defendido por muita gente.

No que toca a uma boa parte de entidades patronais e no que toca a uma boa parte - até há tempos relativamente recentes - da actividade política do Governo ou de alguns dos seus departa-

mentos, podia-se notar não haver nenhuma propensão para um diálogo sobre questões labcais que envolvesse os trabalhadores e as suas organizações representativas.

Neste contexto, a institucionalização deste órgão só pode ser encarada como um passo positivo para que, efectivamente, determinadas questões desta área possam ser melhor discutidas e, conseqüentemente, criadas condições para terem melhor resolução.

Daf que tenha que dizer explicitamente que, concordando com o diploma, que concordando em geral, até na especialidade - e subscrevo uma alteração de relativo pormenor que a Comissão propõe e, embora sem ter apreciado ainda em pormenor, duas ou três alterações do Partido Socialista mas que também são coisas de relativo pormenor - mcs; dizia, estando de acordo com o conteúdo, mesmo numa perspectiva de especialidade, tenho que dizer aqui que discordo de parte da filosofia que dá suporte ao diploma - e que está patente no relatório e na intervenção do Sr. Secretário.

É um caso que não será muito normal. Efectivamente estamos (parece-me) mais ou menos todos de acordo: as motivações são substancialmente diversas.

Era isto que queria deixar claro perante a Assembleia Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Decq Mota.

De facto, permita-me que discorde frontalmente de toda a argumentação que expendeu na sua intervenção.

Todas as propostas de decreto legislativo regional que a Secretaria Regional do Trabalho apresentou à Assembleia Regional dos Açores foram previamente discutidas com os parceiros sociais. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a Assembleia Regional é que tem essa obrigação. Tem-no feito, mas a Secretaria Regional do Trabalho fê-lo em todos os diplomas que apresentou!

Penso que este facto, por si só, é bem demonstrativo do clima de diálogo que o Governo Regional vem mantendo com os parceiros sociais e penso que é este clima de diálogo que tem possibilidade que, nos Açores, se viva uma paz social, associada a uma estabilidade política, que tem permitido que, actualmente, se viva em condições incomparavelmente melhores do que aquelas que vivamos há alguns anos atrás.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional do Trabalho:

1º - Tanto quanto julgo saber, Governos Regionais do PSD há-cc desde 1976;

2º - Secretários Regionais do Trabalho houve vários - pelo menos três;

3º - Práticas e estilos de actuação (e este ponto reputo de essencial) têm mudado substancialmente nalgumas Secretarias Regionais. E posso dizê-lo (permitam-me o desabafo) umas tem mudado para melhor, noutras tem mudado para pior e os estilos de trabalho do Governo têm muito a ver também com os cidadãos que exercem esses cargos.

No que respeita ao diálogo, reconheço que o Sr. Secretário, desde que o é, tem feito consultas sistemáticas aos parceiros sociais e aos sindicatos em especial, mas não é apenas isso que define o diálogo, na minha opinião. A título de exemplo gostaria de lembrar o conflito dos gráficos de há 2 anos em que, se é verdade que houve diálogo, é verdade que a partir de certo momento foi um diálogo de surdos.

Muito obrigado.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: Passamos então à especialidade.

Se todos estiverem de acordo, abordaremos este assunto por Capítulos.

Estão à discussão os artigos 1º e 2º que formam o Capítulo I. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com estes dois artigos façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os dois artigos do Capítulo I foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Começaremos o Capítulo II pelo artigo 3º para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, para o nº 6.

Assim sendo, o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler o nº 6 da proposta do Governo.

Secretário: Artigo 3º., nº 6.

(Foi lido)

Presidente: O Partido Socialista propõe o seguinte:

"6. As organizações de trabalhadores e de empregadores designarão os membros efectivos e os seus suplentes."

Está à discussão o artigo 3º com esta proposta de alteração para o nº 6.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao apresentar esta proposta de, digamos, eliminação da designação "de idêntico nível", é porque entende que os pontos 2 e 4 deste mesmo artigo já designam a qualidade ou as qualidades a que têm que pertencer os membros do Conselho.

Na nossa opinião, pelo facto de já se dizer no nº 3 que "os representantes das estruturas sindicais têm que ser membros de direcções de sindicatos com sede ou delegação na Região ou da estrutura local da respectiva confederação ou ainda serem membros de associação patronal residente na Região", estes factores por si já indicam as qualidades a que têm que pertencer os representantes, quer dos trabalhadores, quer das entidades patronais, no Conselho.

Parece-nos complicada esta designação se atendermos a um caso concreto. Imaginemos que uma das estruturas representativa dos trabalhadores indicava, como seu representante, o presidente do sindicato x. Sendo pessoa de igual nível, só poderia ser substituído por um presidente de um outro sindicato.

Entendemos que, ao dizer-se que "tem que ser membro de uma direcção, de delegação ou da estrutura local da central sindical", significa que são estas as condições para se poder ser membro representante destas estruturas, pelo que a designação "de idêntico nível" parece-nos que pode, em alguns casos, ser complicada porque pode significar, lido à letra e interpretando rigorosamente o que cá está escrito, que algumas pessoas não poderão substituir outras, quando obedecem rigorosamente às regras, quer do ponto 3, quer do ponto 4 deste artigo.

Muito obrigado.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora estejamos convencidos que os exemplos que o Sr. Deputado Francisco Sousa apresentou não ocorrem do que está aqui escrito e da interpretação literal que se podia dar ao nº 6, como estamos num diploma de Concertação Social vamos dar o nosso assentimento à proposta do Partido Socialista, porquanto parece-nos que também sem aquelas duas palavras pode-se chegar à conclusão daquilo que se pretende.

Também - e já adiantando e dentro da Concertação Social - pensamos que, na proposta do Partido Socialista para o artigo 18º, não deveria ficar num departamento qualquer mas, sim, na "Presidência do Governo Regional", que é quem tem a presidência deste Conselho - e adiantamos isto para que o diálogo seja frutuoso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Estamos de facto em Concertação. Não temos nada a opor a que o Orçamento das verbas para o Conselho de Concertação Social fique na "Presidência do Governo Regional", dado que o Conselho é presidido pelo Sr. Presidente. Portanto, não nos repugna essa posição, até porque propunhamos a Secretaria Regional do Trabalho por entendermos que esta seria, sem dúvida alguma, a Secretaria que, obrigatoriamente, teria de estar sempre presente no Conselho de Concertação Social.

Por isso, dentro da Concertação Social, estamos de acordo e vamos à votação.

Presidente: Assim sendo, vou pôr à votação o artigo 3º com o nº 6 apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º que constituem o resto do Capítulo II.

Estão à discussão estes artigos. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Era para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Trabalho sobre a alínea b) do artigo 7º.

Parece-nos haver aqui alguma contradição entre as alíneas a) e e) deste artigo, ou seja, parece-nos que o Conselho é que define as suas principais directrizes de acção e não a comissão executiva.

Assim, gostaríamos de saber que interpretação é que dá o Sr. Secretário à alínea b) do artigo 7º, já agora conjugada com as alíneas a) e e).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todas as alíneas referentes ao artigo 7º e o ponto nº 2 devem ser entendidos de acordo com o início do nº 2, onde se refere que "competem à comissão executiva praticar todos os actos necessários ao exercício da sua função e, em especial:" e depois vêm todas as alíneas.

É evidente que na alínea b) quando se "definem as principais directrizes de acção do Conselho", essas directrizes poderão ser definidas, mas serão sempre deliberadas em termos de órgão plenário e nunca em termos de comissão executiva. Quem delibera, ao fim e ao cabo, será a comissão plenária.

De qualquer maneira lembro só que na composição da comissão executiva existe o tripartismo.

Ela é constituída por seis elementos: dois do Governo, dois das entidades patronais e dois das centrais sindicais. O entendimento é de que esta definição tem em conta as directrizes para posterior decisão do plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional do Trabalho:

O meu problema é exactamente esse: é que não está cá escrito o que o Sr. Secretário acaba de dizer, pelo que penso que, se calhar, seria melhor substituir o "definir" por "propor as principais directrizes da acção do Conselho". Penso que é uma questão de conceito de palavra: define quem tem competência para definir—neste caso será o plenário do Conselho de Concertação Social; propõe quem deve propôr - que é a comissão executiva ao plenário, até para ficar de acordo com a alínea e) que diz "elaborar o programa anual de actividades e a proposta de orçamento do Conselho".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que essa questão não suscita as dúvidas que me parece estarem a existir porque, em todos os diplomas que foram feitos e que tiverem como base a Região Autónoma dos Açores, há que ter sempre em conta a nossa dispersão geográfica.

Esta dispersão geográfica acarreta dificuldades nas reuniões de diversos órgãos, é é previsível que este órgão tenha membros de mais do que uma ilha - direi que é quase certo que assim acontecerá. De qualquer maneira isso é um aspecto que diz respeito aos parceiros sociais e não me quero imiscuir minimamente nesse assunto.

Todavia, se a comissão executiva tiver os poderes que aqui se refere, estão perfeitamente salvaguardadas todas as questões que se prendem com o tripartismo e estará igualmente salvaguardada a funcionalidade de um órgão destes, porque existe sempre dificuldades em reunião. De qualquer maneira, penso que é claro que a comissão executiva nunca se poderá sobrepor às decisões do plenário.

Penso que será mais um argumento para juntar àqueles que anteriormente tinha focado.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que pode ser considerada uma questão de redacção, mas acho que será melhor "propor"

do que "definir", porque não há dúvida de que quem vai deliberar é o órgão colegial e o Conselho propriamente dito, mas quem delibera é quem define e à Comissão executiva compete apresentar uma proposta de definição.

Assim sendo, parece-me que, para estar de acordo com aquilo que me parece o pensamento da Concertação Social, devia ficar "propor" e, por isso, o proponho.

Presidente: Então, o Sr. Deputado Borges de Carvalho propõe que na alínea b) do artigo 7º em vez de "definir" se leia "propor", o que é subscrito também pelo Partido Socialista.

Não havendo mais intervenções passamos à votação, tendo em consideração esta proposta de alteração para a alínea b) do artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Capítulo III.

Para facilitar a discussão suponho que a Mesa pode entender que há uma proposta, que é unânime, no sentido de que no nº 1 do artigo 18º se leia "... em verba afecta à Presidência do Governo Regional".

Está à discussão o Capítulo III, que vai do artigo 11º ao artigo 19º.

Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Capítulo façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os artigos do Capítulo III foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Capítulo IV que é constituído pelos artigos 20º, 21º, 22º e 23º.

Há uma proposta conjunta no sentido de que no nº 1 do artigo 20º o prazo seja de **quarenta dias** e no nº 2 seja de **trinta dias**.

Está à discussão o Capítulo IV com estas alterações para o artigo 20º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ao subscrevermos e apresentarmos esta proposta temos como objectivo as seguintes questões:

Este diploma entrará em vigor "no dia imediato ao da sua publicação", o que significará que as estruturas sindicais e patronais (neste caso) terão apenas um período de 15 dias após a publicação do diploma para escolherem os seus representantes no Conselho de Concertação Social.

Parece-nos um período demasiado curto numa Região dispersa em que, não temos dúvidas, que estarão representantes de várias ilhas, e existem, de facto, estruturas que têm que ter reuniões conjuntas neste período.

Por outro lado, compete ao Presidente do Governo empossar estes membros do Conselho. Parece-nos também que 40 dias - e isto é dar mais 10 dias após a escolha feita pelos representantes pelas entidades a representar - será o período necessário, útil e indispensável para que isto aconteça.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções passamos à votação do Capítulo IV com as alterações propostas para o artigo 20º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os artigos do Capítulo IV, com a alteração para o artigo 20º, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Fica, assim, aprovado este diploma que baixa à Comissão para a redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de, neste momento, dirigir uma palavra de esperança a quantos irão participar neste Conselho, com este objectivo: que este Conselho consiga, de facto, ultrapassar algumas das questões em vários dos sectores que têm tido dificuldades na Concertação e arranjo dos diplomas que regulamentam as relações de trabalho.

Damos, como exemplo, o sector agrícola. Parece-nos que, neste Conselho, estarão representados aqueles que empenhadamente querem resolver os múltiplos problemas que se irão colocar nos Açores, não esquecendo nunca que alguns dos aspectos que possam e virão a passar por este Conselho não vão depender rigorosa, aberta e claramente da Região, como sejam, questões que se prendem com a inflação, por exemplo.

Esperamos que, de facto, este Conselho permita resolver muitos dos problemas que se têm posto ao longo destes 12 anos de Autonomia na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que viessem aqui à Mesa para combinarmos a sequência dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos encerrar os nossos trabalhos. Recomeçaremos amanhã às 10,00 horas com a seguinte Ordem do Dia:

1º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região o Decreto-Lei nº 15-B/88, de 18 de Janeiro - "Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno";

2º - Proposta de Decreto Legislativo Regional "Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) Indústria Extractiva e Transformadora";

3º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região o Decreto-Lei nº 420/87 - "Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo".

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 18,25 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Adelaide Teles, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Melo Alves; PS - João Sousa Braga, Francisco Sousa).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Pacheco de Almeida, Helder Cunha, João Vasco Paiva, José Leovigildo, Madruga da Costa, Manuel Avila; CDS - Alvarino Pinheiro).

A Redactora de 1ª Classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.